



SOCIEDADE BRASILEIRA DE



ZOOLOGIA

EDITORIAL

Começo esse editorial com uma boa notícia aos sócios! Na última semana de junho foi divulgado o fator de impacto de nossa revista ZOOLOGIA, que passou a 0,723. Essa avaliação refere-se ao período de dois anos (2016/2017). Mais importante que o índice em si, o maior já alcançado por nosso periódico, são as informações embutidas junto a ele. Ao analisarmos o ranking de revistas nesta última edição do Journal Citation Reports (JCR/Clarivate Analytics), podemos destacar ZOOLOGIA, dentre as cinco revistas nacionais em Zoologia com acesso aberto e com um escopo mais abrangente na área, como o mais importante veículo nacional de disseminação científica na área de zoologia.

Apesar do discreto aumento a expectativa é que, a partir das mudanças que a SBZ implementou nos últimos dois anos, haja uma crescente melhora nessa avaliação. A diretoria da SBZ está atenta e monitorando tais mudanças, como a passagem para a editora PENSOFT, para garantir que os índices melhorem e para que a revista continue sendo a melhor opção para as publicações de seus sócios. Os

subsídios para publicação dos sócios da SBZ continuarão sendo fornecidos de acordo com o tempo de associação e pagamento ininterrupto de anuidades conforme descrito em <http://sbzoologia.org.br/revista-zoologia.php> (item Page Charges). Vale ressaltar que subsídios estão diretamente relacionados com disponibilidade de recursos. Assim, é fundamental que tenhamos sempre um número crescente de associados. Para tanto, contamos com a colaboração de todos para estimular o ingresso de novos sócios!

A SBZ continua participando da Câmara Setorial da Academia – CSA do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN como convidada da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC. As ações da SBZ dentro da CSA são tomadas sempre considerando as solicitações de seus sócios e da comunidade de zoólogos do Brasil. Da mesma forma, os membros da CSA têm ouvido essas solicitações, às têm considerado e estudado, não só porque todos os seus membros têm consciência de suas posições como representantes da comunidade, mas também porque todos são pesquisadores sofrendo com os mesmos problemas.

Assim, com base nas indicações da CSA o plenário do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), desde o início desse ano, vem aprovando uma série de medidas que vêm simplificar o cumprimento da Lei 13.123 e o preenchimento do cadastro no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado (SisGen) para pesquisas em Biodiversidade.

As Resoluções CGEN Nº 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11, além da Orientação Técnica Nº 3, foram elaboradas pela CSA, em consonância com as sugestões e contribuições vindas da comunidade científica e visam mitigar o impacto causado em algumas áreas de pesquisa que foram abarcadas pela Lei e, em um primeiro momento, não foram contempladas de forma adequada no SisGEN.

As resoluções mais recentes foram as Resoluções CGEN Nº 10 e Nº 11, aprovadas no dia 19 de junho de 2018. A primeira prevê que atividades de pesquisa nas áreas de Filogenia, Taxonomia, Sistemática, Ecologia, Biogeografia e Epidemiologia, poderão ser cadastradas por meio de um formulário simplificado que estará disponível em uma nova versão do SisGen. O pesquisador terá a opção de fazer o cadastro do patrimônio genético somente indicando os números de registro dos espécimes, indicadores únicos ou do localizador padrão de recursos (URL) ou equivalentes em que estejam registradas estas informações nos bancos de dados, repositórios ou sistemas de informação de acesso aberto ao Estado brasileiro.

A Resolução CGEN Nº 11 trata de um assunto rotineiro e muito particular às coleções biológicas: o empréstimo de material para estudos taxonômicos. A resolução determina que a saída do país de patrimônio genético brasileiro que havia sido emprestado às instituições nacionais por instituições estrangeiras mantenedoras de coleção *ex situ*, antes de novembro de 2015, não configura remessa. Nestes casos, para o retorno das amostras às suas instituições de origem, as mesmas deverão estar acompanhadas **ou** da cópia dos Termos de Transferência de Material (TTMs), **ou** das Guias de Remessa **ou** de outros documentos legalmente constituídos à época que formalizaram o empréstimo, e que contenham sua identificação.

Anteriormente a essas resoluções, no dia 20 de março de 2018, outras quatro resoluções já haviam sido aprovadas pelo CGEN, depois de discutidas com a comunidade e elaboradas pela CSA, com os objetivos de facilitar a remessa de patrimônio genético e tornar o preenchimento do SisGEN mais fácil e rápido: a Resolução CGEN Nº 5 com um novo modelo de Termo de Transferência de Material (TTM), as Resoluções CGEN Nº 6 e Nº 8 tratando do nível taxonômico do patrimônio genético a ser cadastrado e a Resolução

CGEN Nº 7 definindo como cadastrar a localização geográfica do patrimônio genético.

A Resolução CGEN Nº 5 fez mudanças importantes para a remessa de patrimônio genético. Por meio desta resolução foi aprovado um novo modelo de Termo de Transferência de Material (TTM) e revogada a Resolução CGEN Nº 1. A instituição brasileira poderá firmar um único TTM com uma mesma instituição estrangeira, com prazo de validade de 10 anos, renováveis. Ou seja, a cada remessa o pesquisador fará o cadastro no SisGen, anexará o TTM único com a instituição estrangeira e uma guia de remessa numerada de forma sequencial, com descrição das amostras a serem remetidas, conforme modelo que consta no Anexo 2 da Resolução. As remessas das amostras do patrimônio genético serão acompanhadas pelo comprovante de cadastro de remessa (que deve ser realizado previamente à remessa), pela cópia do TTM assinado e pela guia de remessa. Nesse modelo de TTM foi ainda retirada a exigência de incluir informações pessoais do representante legal da instituição destinatária.

A Resolução CGEN Nº 6 estabelece o **nível taxonômico mínimo** exigido para a identificação de cada grupo de organismos da biodiversidade nos casos de pesquisas em taxonomia e filogenia e a Resolução CGEN Nº 7 simplifica a exigência de indicação da localização geográfica onde o patrimônio genético foi obtido. O nível taxonômico mínimo no caso de animais é Ordem e, nos casos em que o acesso seja exclusivamente para fins de pesquisa e quando é necessário o registro de mais de cem localidades diferentes, a indicação do município é a informação mínima exigida.

Por fim, como a aplicação das Resoluções CGEN Nº 6, 7, 8 e 10 depende de novas funcionalidades a serem implementadas no SisGen, aprovou-se a Orientação Técnica CGEN Nº 3 no dia 19 de junho que esclarece que a “data da disponibilização do cadastro pelo CGen” será a data de disponibilização de uma nova versão do SisGen que contenha estas funcionalidades. Sendo assim, as pesquisas que forem beneficiadas pelas simplificações apresentadas nas Resoluções Nº 6, 7, 8, e 10, terão um ano após a disponibilização da nova versão do SisGen para serem cadastradas.

Todos podem acessar as atividades da CSA e acompanhar os encaminhamentos por meio das memórias de reuniões, propostas de minutas de resoluções e orientações técnicas e links/documentos importantes para a academia, por meio da página web da CSAcademia: <http://www.mma.gov.br/patrimonio-genetico/conselho-de-gestao-do-patrimonio-genetico/camaras-tematicas/c%C3%A2mara-setorial-da-academia>.

VIDA DE ZOÓLOGO

Miguel Angel Monné Barrios

Possui graduação em Agronomia pela Facultad de Agronomia, Universidad de la República, Montevideu (1970) e doutorado em Ciências Biológicas (Zoologia) pela Universidade de São Paulo (1978). Consultor editorial de inúmeros importantes periódicos nacionais e internacionais. Tem experiência na área de Zoologia, com ênfase em Taxonomia e Morfologia dos Grupos Recentes, atuando principalmente nos seguintes temas: Coleoptera (Cerambycidae) e Orthoptera (Acridoidea). Desde 2008 Pesquisador Emérito do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Curador da coleção de Coleoptera do Museu Nacional.

O Prof. Miguel Angel Monné Barrios (que assina seus trabalhos como Miguel A. Monné) é Pesquisador Emérito do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem dedicado sua vida à pesquisa sobre besouros e este ano completa 80 anos!

Nasceu em Montevideu, Uruguai, em 14 de agosto de 1938. Naturalista nato, fundou com amigos, em 1956, a Sociedad de Ciencias Naturales de Taguato ("gavião" em Tupi-Guarani), que tinha como objetivo a coleta e o estudo de animais e plantas em várias localidades no Uruguai. Criaram também o Boletín de la Sociedad de Taguato, onde foram publicados diversos artigos em quatro volumes.

Trabalhou no laboratório de Entomologia do Ministério da Agricultura, onde auxiliava da coleção científica e coletas de campo. Foi onde conheceu Carlos Carbonell, renomado ortopterólogo, que o convidou para auxiliar na curadoria de gafanhotos da coleção da Facultad de Humanidades y Ciencias.

Em 1963 ingressou na Facultad de Agronomia, Universidad de la República, Montevideu, onde se formou como Engenheiro Agrônomo. Nesse período teve oportunidade de lecionar disciplinas sobre morfologia, anatomia e sistemática de insetos. É curioso que muitas pessoas pensem que ele fosse biólogo, dadas suas atividades de pesquisa e ensino. Inclusive, Miguel Monné sempre se diverte contando que, certa vez, um representante do Conselho Regional de Biologia o procurou, cobrando o pagamento de taxas e anuidades. "Mas eu sou agrônomo!", informou ele, frustrando a intenção de um atônito mensageiro.

O interesse sobre os Cerambycidae foi despertado por Dimitri Zajciw e Agustin Rufinelli, através de uma solicitação sobre informações dos Cerambycidae do Uruguai. Publicou seus primeiros artigos científicos com Ceslau Biezanko sobre nomenclatura e, com Dimitri Zajciw, duas adendas sobre os Cerambycidae do Uruguai.

Realizou diversas viagens de coleta (1963-1968) de besouros e gafanhotos na Argentina e no Uruguai. O material era depositado na Facultad de Humanidades, onde Carbonell era professor. Na primeira vez que veio ao Brasil, em 1964, realizou coletas no Parque Nacional do Itatiaia, Rio de Janeiro, acompanhado de Pablo R. San Martín, que estudava escorpiões. Esse Parque o encantou e até hoje realiza pesquisas nessa localidade, onde registrou 689 espécies de Cerambycidae.



Com seu interesse pelos Cerambycidae, iniciou correspondência com Ubirajara R. Martins (Bira), do Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo, e com Renato C. Marinoni, da Universidade Federal do Paraná, com quem trocava material e informações. Em 1972 mudou-se com a família para São Paulo, onde iniciou o doutorado em Ciências Biológicas (Zoologia) pela Universidade de São Paulo sob orientação de Hans Reichardt, do Museu de Zoologia. Foi um período onde conviveu com diversos pesquisadores aos quais sempre teve muita admiração e amizade, como o Bira, que o chamava de Migué, Sérgio A. Vanin, Renato Araujo, Federico Lane e Lindolfo R. Guimarães. Em particular, com o Bira formou uma parceria de amizade e trabalho que rendeu muitas histórias e dezenas de artigos científicos.

Em 1980 concursou para uma vaga de professor em Entomologia no Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nessa época a coleção de Entomologia restringia-se principalmente a Diptera, Lepidoptera, Hemiptera e Blattaria. Com sua experiência em coleta e curadoria de coleções, sabia da importância de criar um acervo em Coleoptera e Orthoptera e de incentivar estudos em sistemática.

No Rio de Janeiro, conheceu e fez grande amizade com Carlos Alberto Campos Seabra, médico e apaixonado por insetos. Participou de inúmeras expedições ao nordeste e centro-oeste do Brasil acompanhando Seabra, Olmiro Roppa, Bento Silva e o Coronel Moacir Alvarenga. Seabra reuniu em sua casa uma coleção com mais de 1,5 milhões de besouros, abelhas, gafanhotos e percevejos. Quando decidiu doar a coleção ao Museu Nacional, Monné, como curador, ficou com a incumbência de transportar os insetos da casa do Seabra para o Museu. Dedicava seus fins de semana à cuidadosa tarefa de guardar os insetos em caixas para transportá-los ao Museu; essa tarefa foi concluída após três anos ininterruptos. Quando comentava sobre esse período, Monné sempre gostava de mostrar dois grandes calos nas pontas dos dedos polegar e indicador, formados de tantos alfinetes que teve que transferir das caixas da coleção Seabra para as caixas de transporte e destas para as gavetas no Museu! A doação da coleção Seabra e a dedicação às coletas e curadoria do Monné, transformaram as coleções de Coleoptera e Orthoptera do Museu Nacional em uma das maiores da América Latina.

Desde o início de suas pesquisas sempre buscou reunir a bibliografia referente à família Cerambycidae e, com isso, a posse de absolutamente tudo que havia sido publicado sobre essa família lhe permitiu apresentar, em 1994, o "*Catalogue of the Cerambycidae (Coleoptera) of the Western Hemisphere*", em 17 partes, pela Sociedade Brasileira de Entomologia. Esse catálogo foi datilografado e continha mais de 3.000 páginas! Posteriormente, publicou o "*Cata-*

logue of the Cerambycidae (Coleoptera) of the Neotropical Region", em três partes, totalizando 1.748 páginas na revista *Zootaxa*, totalizando 114 tribos, 1.595 gêneros e 8.654 espécies. São dadas referências para cada táxon do grupo da família e do gênero e, sob cada nome do grupo da espécie, há dados sobre a localidade-tipo, o acrônimo da instituição onde estão depositados os tipos, a distribuição geográfica e as referências bibliográficas detalhadas. O catálogo hoje está disponível na Internet e é atualizado periodicamente, contando correntemente com 2.438 páginas! Adicionalmente, Monné também levantou e publicou as plantas hospedeiras conhecidas para todas as espécies de Cerambycidae.

Miguel Monné realizou diversos contatos com pesquisadores no Brasil e no exterior, que resultaram em muitas parcerias em trabalhos. Essas parcerias se transformaram em amizade e muitas conversas sobre os cerambas. Com capacidade de trabalho ímpar, publicou mais de 250 artigos científicos e livros, descrevendo mais de 540 espécies de cerambas!

Orientou e incentivou dezenas de estudantes em pesquisas sobre Coleoptera e Orthoptera, bem como ministrou disciplinas de Entomologia e coleta e preservação de insetos. Sua atuação vem sendo reconhecida pelo CNPq pela bolsa de produtividade em pesquisa que mantém há mais de 40 anos. Recebeu menções honrosas e foi homenageado com o nome de várias espécies e gêneros em Coleoptera e em Orthoptera.

Suas atividades no Museu Nacional foram inúmeras: foi Vice-Diretor, Diretor Adjunto de Ensino e Pesquisa, Chefe do Departamento de Entomologia por 10 anos, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Zoologia, além de representar o MNRJ em várias instâncias da administração superior na UFRJ. Durante 15 anos foi Editor, junto com Prof. Ulisses Caramaschi, das publicações do Museu Nacional. Esteve à frente de vários projetos de coleta e curadoria de coleções, como por exemplo o trabalhoso "Projeto Polo-Noroeste, Levantamento Faunístico da Área Sob Influência da BR 364 (Cuiabá – Porto Velho)".

Mesmo aposentado (pela compulsória) há 10 anos, continua ativo tanto na curadoria da coleção como na pesquisa.

Seu carisma, inúmeras histórias e paixão pela natureza incentivaram e incentivam muitos colegas. Aos que tiveram a oportunidade de com ele privar momentos de descontração, sempre foi companhia agradabilíssima, apreciador de boas cervejas, grande contador de casos, além de seu impressionante conhecimento do cinema clássico, notadamente de grandes musicais, e competente cantor de tangos!

PONTO DE VISTA

Os prejuízos científicos causados pela utilização da classificação Qualis/Capes para avaliar o desempenho do pesquisador

Marco Aurélio Crozariol¹

A classificação Qualis-Periódicos, realizadas pela Capes, tem como principal objetivo padronizar e facilitar as avaliações das produções científicas dos programas de pós-graduação, nada além disso!

Como podemos ler no próprio site (<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>): “O Qualis-Periódicos é um sistema usado para classificar a produção científica dos programas de pós-graduação no que se refere aos artigos publicados em periódicos científicos. Tal processo foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção.”

E conclui: “A função do QUALIS é exclusivamente para avaliar a produção científica dos programas de pós-graduação. Qualquer outro uso fora do âmbito da avaliação dos programas de pós-graduação não é de responsabilidade da CAPES.”

A própria Diretora de Avaliação do Qualis Capes, Rita de Cássia Barradas Barata, em publicação científica reafirmou (Barata 2016): “O Qualis Periódicos, como anteriormente assinalado, é um dos instrumentos utilizados na avaliação dos programas de pós-graduação, tendo sido introduzido fundamentalmente para qualificar a produção bibliográfica sob a forma de artigos dos mencionados programas. Há, no entanto, usos indevidos ou inadequados desse instrumento, seja no processo de avaliação, seja em outros âmbitos da política acadêmica ou científica[...]. Nas avaliações dos pesquisadores feitas pelos comitês assessores do CNPq para a concessão de bolsas de produtividade, de auxílios diversos ou de fomento à pesquisa, o uso do Qualis para avaliar a produção científica individual é bastante incorreto e inadequado. [...] Finalmente, o Qualis Periódicos não é uma ferramenta que possa ser utilizada em avaliações do desempenho científico individual de pesquisadores, visto que não foi desenvolvido com essa finalidade. Sua aplicação faz sentido para a análise coletiva da produção de um

programa, cumprindo requisitos específicos do processo de avaliação comparativo estabelecido pela Capes.”

Mesmo com todos esses alertas e recomendações, as categorizações dadas aos periódicos pela Capes são utilizadas, em sua quase totalidade, nos processos seletivos atuais para classificar a produção individual dos pesquisadores.

Aqui, pretendo chamar a atenção para o grande prejuízo científico que isso gera e, principalmente, poderá gerar a médio e longo prazo, que é a possível extinção de linhas de pesquisas pouco favorecidas pela aplicação desse método na avaliação da produção individual.

Independente de todos os danos diretamente sofridos pelos pesquisadores, algumas linhas de pesquisa, em especial inter ou multidisciplinares, deverão sofrer fortes quedas ou, até mesmo, sua extinção quanto a produção científica nos próximos anos se isso não mudar. Usarei aqui como exemplo o tema “História da Zoologia”, ao qual tenho recentemente me enveredado e maior familiaridade, além de estar experimentando pessoalmente seus dissabores acadêmicos.

As pesquisas sobre História da Zoologia abrangem, como o próprio nome diz, duas linhas principais do conhecimento: História e Zoologia, possuindo, por tanto, uma face de sobreposição que a torna claramente uma matéria interdisciplinar. Dessa forma, as pesquisas em História da Zoologia poderiam ser realizadas tanto por profissionais (ou amadores) da Biologia, no caso Zoólogos, como da História, os Historiadores.

Pois é aí que os principais problemas acontecem. Um dos requisitos para a classificação dos periódicos é a “Área de Avaliação” a que ele pertence. Dessa maneira, o Zoólogo será avaliado pelas áreas da Biologia, em especial “Biodiversidade” (a depender, obviamente, do programa de pós-graduação ou contratante envolvido) e o Historiador pela área da “História”. Dependendo da área de avaliação, a classificação de um mesmo periódico pode ser bastante divergente. Por exemplo: se o Zoólogo interessado em história publica trabalhos em revistas de História, mesmo que essa revista seja de importante distribuição e impacto, quando for avaliado pela área “Biodiversidade”, seus trabalhos terão

pouquíssima importância. O mesmo acontece no oposto, caso um Historiador interessado em Zoologia publique trabalhos em revistas de Zoologia e sua produção seja avaliada pela área de História.

O leitor poderia dizer: mas então, por que o Zoólogo não publica nas revistas de Zoologia? Sim, normalmente isso é o que acontece, porém, não existem revistas de Zoologia classificadas pela Capes que aceitem a publicação de artigos na linha de pesquisa “História da Zoologia” que possua classificação superior a B1 (ao menos que pude encontrar e, caso exista, gostaria de saber), a maioria é inferior a B2. Revistas A1, A2 ou B1 sobre Zoologia não possuem em seu escopo de aceitação essa “linha de pesquisa”. Além do mais, revistas de História tendem a não aceitar trabalhos que tragam “muitas informações zoológicas”, como aconteceu recentemente com um trabalho nosso.

Mas digamos que o Zoólogo consiga publicar seu trabalho, por exemplo, na Revista Brasileira de História (0102-0188), revista A1 pela área de avaliação “História”, a mais alta classificação Qualis possível. Pela área de avaliação “Biodiversidade”, no entanto, ela nem possui classificação, assim como as áreas “Ciências Biológicas I, II e III”, e nem mesmo na “Interdisciplinar”. O mesmo acontece se o Historiador publicar, por exemplo, na Revista Brasileira de Zoologia, quando for avaliado pela área “História”, ficará surpreso que essa revista também não possui classificação disponível para sua área.

Como poderia o pesquisador interessado em História da Zoologia competir por vagas e bolsas nessas condições? Como poderíamos evoluir no conhecimento da História da Zoologia se os estudiosos do assunto estão sempre em desvantagem para concorrer por cargos ou bolsas?

Sendo extremamente difícil se manter como pesquisador nessa linha de pesquisa, a tendência é que exista uma diminuição de pesquisadores e, conseqüentemente, de produção intelectual na área! E, pior, quais seriam os prejuízos causados pela falta de pesquisadores e incentivo nessa linha de pesquisa? Seria a História da Zoologia matéria menos importante para o desenvolvimento científico da própria Zoologia?

A História da Zoologia é utilizada desde a Taxonomia e Nomenclatura, matérias básicas para o conhecimento da Biodiversidade, até a Biogeografia, todas elas com implicações diretas para o sucesso de, por exemplo, planos de Conservação.

Usei aqui apenas um exemplo do prejuízo causado pelo uso ineficaz do Qualis Capes na avaliação do indivíduo como pesquisador, poderiam ser dezenas de outros e para várias áreas. Esse assunto precisa ser discutido com

urgência e devemos mudar, para ontem, os métodos de avaliação da produção do pesquisador, pois o processo de extinção científica claramente já começou para muitas áreas!

Referência citada

Barata, R de CB (2016) Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis. RBPG 13(30): 13-40.

Sobre o Autor:

Marco Aurélio Crozariol é graduado em Biologia pela Universidade de Taubaté/SP, mestre em Ecologia de Ecótonos pela Universidade Federal do Tocantins e doutor em Zoologia pelo Museu Nacional/UFRJ, atuando na área de Ornitologia. Defende a popularização da ciência no cotidiano, a facilitação do desenvolvimento científico através do incentivo público e privado e o barateamento/gratuidade na divulgação e disponibilização de textos científicos pelas revistas especializadas.

Nota:

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores não expressando necessariamente a opinião dos editores ou da Sociedade Brasileira de Zoologia.

DIVULGAÇÃO

Herpetofauna do Planalto Oriental do RS

Lema T de, Renner MF, Di-Bernardo M, Abegg AD, Borges LM, Rosa CM da (2018) **Herpetofauna do planalto oriental do Rio Grande do Sul: guia fotográfico para reconhecimento de espécies**. Pelotas, USEB, ISBN 978-85-89985-35-2, 91p.

Além de ricamente ilustrado, o guia traz textos e caracterizações sobre a região e espécies encontradas. Foi editado exclusivamente no formato PDF e é distribuído gratuitamente.

Solicitações podem ser feitas através do email: marciafrenner@terra.com.br



ARTIGO

Papagaios do bem e do mal: diversas visões dos psitacídeos durante o período colonial

José Antônio Dias¹, Eliza Cunha Cabral¹, Rayane Saraiva da Cruz¹ e Aline Silva Dejesi Nery²

¹Mestrado em Divulgação Científica da COC/FIOCRUZ. (joseantonioidias@live.com)

²Pós-Graduação em Educação em Ciências e Saúde (NUTES/UFRJ).

O Brasil foi, nos primeiros tempos da colonização, conhecido como “Terra dos Papagaios”, isso porque araras, periquitos e, naturalmente, papagaios, encantavam os recém-chegados europeus por sua beleza e pela capacidade de repetir palavras. Aos olhos do colonizador, as nossas aves representavam prestígio social, pois somente as residências dos nobres possuíam aves exóticas. Já os nativos, tinham as aves como animais de estimação, utilizando-as até mesmo em suas transações comerciais. Gandavo (1540-1580), em sua “História da Província de Santa Cruz”, relata que os papagaios eram tão estimados entre os índios que cada ave podia valer por dois ou três escravos (Santos, 1990).

Durante o período colonial, em virtude de sua popularidade, os papagaios protagonizaram diversos episódios na história da Colônia, alguns até bem emblemáticos. Uma lenda muito citada diz que a descoberta do continente americano foi ocasionada por um bando de papagaios que a esquadra de Colombo seguiu, o que dificilmente seria possível sem que as embarcações estivessem bem perto da terra, pois estas aves não se aventuram sobre o mar aberto (Sick, 1997). Naquele tempo dizia-se também que a presença de papagaios em determinadas ilhas assinalava ouro.

Porém, o ornitólogo Dante Martins Teixeira, professor associado do Departamento de Vertebrados do Museu Nacional do Rio de Janeiro nos oferece uma visão um tanto inusitada da relação entre homens e psitacídeos ao longo da História. Ele nos conta em um artigo publicado no ano passado que, em virtude do seu dom de falar, os papagaios eram associados à possessão demoníaca, pois segundo a tradição cristã só existiam três classes de seres dotados do dom da palavra: anjos, homens e demônios. Segundo Teixeira (2017), o líder protestante Martinho Lutero (1483-1546) acreditava estar “o diabo nos papagaios e macacos, sendo esse o motivo pelo qual eles podem imitar as pessoas”. No decorrer da História, alguns psitacídeos mostravam-se tão loquazes que inspiravam a séria desconfiança de serem animais demoníacos ou possessos.

Em setembro de 2017, durante o II Colóquio de Zoologia Cultural – um evento promovido pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio) que trata da presença de elementos animais em diferentes manifestações da cultura – apresentamos um trabalho que mostrava as diversas visões que os historiadores e escritores tinham em relação aos nossos psitacídeos, principalmente os papagaios (ver fotos). Uns viam essas aves com bons olhos, outros possuíam uma visão um tanto negativa dos nossos papagaios, inclusive associando-os à possessão demoníaca. O objetivo deste trabalho foi destacar a presença dos psitacídeos em diversos relatos históricos e literários do Brasil colonial, ressaltando a importância dos psitacídeos na construção de uma cultura zoológica brasileira.



O “papagaio demoníaco”, *Amazona aestiva*, de Johan Maurits van Nassau-Siegen segundo pintura dos “Libri Principis” (1633-1644). Fonte: Teixeira (2017).



Autores do pôster sobre os papagaios do Brasil colonial apresentado no II Colóquio de Zoologia, um evento de divulgação científica promovido anualmente pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio, que trata da presença de elementos animais em diferentes manifestações da cultura.

A simpatia de todos por papagaios e periquitos se deve principalmente ao fato dessas aves possuírem a habilidade de imitar a voz humana. Teixeira (2017) assinala que, quando comparados com a maioria das outras aves mantidas em cativeiro, os psitacídeos oferecem uma experiência bem mais rica, devido ao seu repertório comportamental bem elaborado e por sua notória facilidade de reproduzir a nossa fala e os mais diferentes ruídos.

Gilberto Freyre (1900-1987) menciona no seu livro *Casa Grande & Senzala* de 1933 que a escritora e historiadora britânica Maria Graham (1785-1842), ficou encantada com as casas de residência dos arredores do Recife e com as de engenho, do Rio de Janeiro, mas que o número excessivo de gaiolas de papagaio e de passarinho penduradas por toda parte lhe causou uma má impressão. Por outro lado, Mrs. Graham assinala que ficou maravilhada em ver papagaios tão bem-educados, pois apesar do exagero de aves engaioladas, eles raramente gritavam ao mesmo tempo.

Freyre (1998) destaca em sua obra que o viajante e filólogo francês Adolphe d'Assier (1827- 1889) observou um exemplo muito expressivo de domesticação patriarcal quando esteve no Brasil: macacos tomando a bênção aos moleques do mesmo modo que estes aos negros velhos e os negros velhos aos senhores brancos. Gilberto Freyre dizia que a hierarquia das casas-grandes nos tempos coloniais e no primeiro império também se estendia aos papagaios e aos macacos.

Os papagaios também aparecem na poesia da época. Frei José de Santa Rita Durão (1722-1784) menciona alguns psitacídeos da nossa terra no seu famoso poema épico *Caramuru*: “Vão pelo ar loquazes papagaios,/Como nuvens voando em cópia ingente,/Iguais na formosura aos verdes Maios,/

Proferindo palavras como a gente./Os periquitos com iguais ensaios./O canindé, qual Íris reluzente;/Mas falam menos, da pronúncia avaras,/Gritando, as formosíssimas araras.”

A popularidade dessas aves pode ser notada em nossa cultura por meio das inúmeras anedotas de papagaios e nas lendas indígenas, como aquela que narra a origem da distribuição geográfica dos tupis e guaranis. Conta a lenda que a causa da separação destas tribos foi a disputa entre as esposas de dois irmãos por um papagaio muito formoso e inteligente. Diariamente as mulheres se envolviam em contendas domésticas pela posse de um mesmo papagaio e como não havia meio de se encontrar reconciliação entre as litigantes, os respectivos irmãos resolveram separar-se, indo um para o sul (os guaranis) e outro para o norte (os tupis).

Aves desconhecidas dos portugueses, os papagaios foram prontamente vinculados à visão do paraíso. Por sua capacidade de reproduzir a voz humana, esses psitacídeos também acabariam simbolizando a Anunciação, pois havia a crença de sua fala mais típica ser “ave” (“salve” em latim) – a mesma palavra usada pelo Arcanjo Gabriel para saudar a Virgem Maria (Teixeira, 2017).

Nos tempos coloniais acreditava-se que o diabo era capaz de possuir diferentes animais – senão todos – e manejá-los ao seu dispor, fato consagrado na Bíblia pelo conhecido episódio dos porcos de Gadara descrito nos evangelhos de Mateus (8: 28-34), Marcos (5: 1-20) e Lucas (8: 26-39). Na visão da época, animais como gatos, morcegos, corvos, corujas e sapos não passavam de aliados de Satanás, enquanto ratos, serpentes, caracóis e insetos eram vistos como seres das trevas passíveis de serem combatidos através de variados tipos de exorcismo (Teixeira, 2017).

Durante o período conhecido como Brasil Holandês, o conde Maurício de Nassau (1604-1679) se regozijava por possuir um papagaio endemoniado da espécie *Amazona aestiva* o qual respondia e formulava perguntas. Teixeira (2017) nos conta que a inusitada habilidade dessa “ave demoníaca” em formular perguntas e dar respostas “tão acertadas como se fosse uma criatura racional” acabaria por se converter em uma história célebre na Europa do século XVII, tendo sido mencionada inclusive no “*Essay concerning Humane Understanding*” do filósofo britânico John Locke (1632-1704).

Uma outra característica que sempre resultou em pouca simpatia das pessoas pelos psitacídeos é o fato deles atuarem como pragas agrícolas. Com exceção das formigas, nenhum outro animal foi tantas vezes mencionado como praga pelos documentos do Brasil colônia quanto os psitacídeos (Teixeira, 2017). Em 1788, o marechal J. Arouche de Toledo Rendon, denunciava em suas “Reflexões sobre o estado em que se achava a agricultura na capitania de São Paulo” que “deve-se por todo o cuidado em se extinguir uns pássaros que comem a quarta parte de uma capitania inteira” (Sick, 1997). Os “pássaros” a que o marechal se referia eram as araras, maitacas, maracanãs, araguaris, tiribas, periquitos e outros psitacídeos que atacavam as colheitas de milho causando enormes prejuízos.

A despeito de tudo o que foi exposto, é fácil perceber que os papagaios são animais dotados de extraordinária memória e capazes de entender relações complexas. Além de aprenderem um complicado sistema de comunicação,

têm vida social intensa e são muito curiosos. Não há dúvida que os psitacídeos estão entre as aves mais “inteligentes” do mundo. A “inteligência” que demonstram é comparável à dos primatas e golfinhos e, em algumas situações, até superior. Diversas espécies de psitacídeos e sobretudo certos indivíduos aprendem a pronunciar palavras, imitar músicas, latir, tossir, rir, etc, com perfeição.

O melhor falador dentre os psitacídeos nacionais é o papagaio-verdadeiro, *Amazona aestiva*, quando treinado desde pequeno. Há bons faladores também em outras espécies (Sick, 1997). O desempenho de alguns exemplares desperta a atenção tanto pelo extenso vocabulário como pela aparente coerência da fala, a qual pode se mostrar bastante articulada, conferindo a impressão de uma sagacidade e eloquência inacreditáveis em termos de um simples bípede emplumado (Teixeira, 2017).

Referências citadas

- Coelho LBN, Da-Silva ER (2106) I Colóquio de Zoologia Cultural – Livro do Evento. Rio de Janeiro, Perse.
- Freyre G (1998) Casa-Grande e Senzala. Rio de Janeiro, Record, 34ª ed.
- Santos E (1990) Da ema ao beija-flor. Rio de Janeiro, Vila Rica, 5ª ed..
- Sick H (1997) Ornitologia brasileira. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- Teixeira DM (2017) Com o diabo no corpo: os terríveis papagaios do Brasil colônia. Anais do Museu Paulista 25(1): 87-126. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02672017v25n0104>

CRÔNICAS ZOOLOGICAS

As 10 Regras de Ouro para conviver – e sobreviver – em grupos para determinação (identificação) de espécies no Facebook

Fernando Costa Straube¹

Além de ser uma ótima ferramenta para relacionamentos pessoais, O Facebook é também excelente para o enriquecimento profissional. Dia após dia são criados novos grupos, com os mais diversos objetivos e, dentre eles, aqueles que servem para a determinação (identificação) de espécies da biodiversidade do Brasil e mesmo de outros países.

Essas associações são tipicamente criadas por voluntários que, auxiliados por inúmeros colaboradores, dispõem-se a determinar, ao nível mais preciso possível, os

táxons a que se referem mídias que vão de fotos e sons até vídeos. Com isso, pessoas das mais variadas profissões e dos mais diversos níveis de formação têm interagido, gerando um avanço formidável no conhecimento das espécies da fauna e flora do Brasil.

Para essa breve contribuição, que serve como guia de convivência (e sobrevivência), contei com a ajuda de administradores, moderadores e usuários de alguns dos grupos ativos mais importantes no Facebook como o Detweb,

Identificação Botânica, Que bicho é esse?, Herpetologia Brasileira, Rede AM de Divulgação Científico Ambiental, Identificação de Aves, Borboletas e Mariposas, Ornitologia Brasileira – Ciência, Círculo científico: Instituto Brasileiro para a Divulgação Científica e diversos outros. Também participaram diretamente da concepção deste texto, a quem agradeço pelas contribuições, os amigos Edelcio Muscat, Felipe Bittioli Gomes, Gerdaff Lóra, Ignacio Agudo, Paulo Sérgio Bernarde, Sandro Von Matter e Vitor de Q. Piacentini.

É importante frisar que muitos grupos do Facebook, embora também liguem-se a esse propósito, não servem apenas para a determinação e sim para uma série de outros tipos de debates e mesmo divulgação de imagens, literatura, eventos e similares. Dessa maneira, algumas das regras aqui apontadas não servem diretamente para eles, por terem objetivo mais amplo. O título mais apropriado para este artigo, então, é “regras para a interação em postagens contendo pedidos de determinação da fauna e flora no Facebook”.

1. A primeiríssima regra: seja educado.

Respeito pelos colegas é essencial. Caso discorde de algum conteúdo, manifeste-se – porém – sempre de forma educada. Mesmo que precise ser enfático em algum ponto de vista: use palavra adequadas e seja claro o suficiente para não criar mal-entendidos. E lembre-se: não use caixa alta; esse tipo de letra significa “gritos”.

2. Leia com atenção a descrição e as regras do grupo.

Antes de pedir filiação a um grupo, observe a filosofia de publicações, quais são as normas e que tipo de conteúdos são aceitos. Essas informações geralmente estão disponíveis logo abaixo da imagem de apresentação do grupo, como “Descrição”. Caso deseje publicar algo, mas tenha dúvidas se é compatível com as regras, consulte o administrador. E lembre-se: grupo para identificação não foi feito para divulgar eventos, abaixo-assinados, piadas ou coisas do gênero. Você poderá ser advertido ou mesmo excluído caso faça isso.

3. Grupos para identificação servem para... identificação!

Quando um membro publica uma foto, pressupondo-se que ele esteja ciente das regras do grupo, ele busca a identificação mais segura e precisa do animal ou planta retratado. O mesmo esperam os demais associados. Dessa forma, não publique opiniões paralelas alusivas a detalhes notados na imagens, tais como perguntas sobre por que um animal está morto, se o usuário possui autorizações ou manifestos em geral de proteção à natureza. Esses comentários são geralmente bem-intencionados, mas acabam por desvirtuar os objetivos do grupo e inibem potenciais colaboradores. Caso sinta-se em dúvida, contate o autor diretamente ou, em último caso, denuncie às autoridades competentes.

4. Quando for publicar uma foto, indique onde e quando foi tirada.

A localização (e também a data) de imagens publicadas são obrigatórias na maior parte dos grupos. Essas informações servem para orientar os potenciais colaboradores e enriquecem o conhecimento que dispomos sobre nossa biodiversidade. Evite indicar topônimos ambíguos como, por exemplo, “Rio” ou “Rio Grande”. Evite também as indicações imprecisas como “Amazônia” ou “sul do Brasil”. Mencione, localidade, município e a (sigla da) unidade da federação, apontando por extenso a data do registro, por exemplo: 28 de janeiro de 2018. Faça o possível para incluir detalhes colhidos no momento do flagrante como o horário e dados ecológicos que julgue serem relevantes (p.ex. “dentro da floresta”, “na beira da estrada, rodovia BR-116”, “embaixo de tronco apodrecido caído na mata”, etc.). Caso a foto não seja de sua autoria, mencione explicitamente o autor.

5. Não faça identificação duplicada.

Não há necessidade de aferir identificações, a não ser que isso seja claramente solicitado. Se você viu a imagem e concorda com o nome científico indicado por algum colaborador, não repita a identificação. Basta curtir. Embora seja bem-intencionado, seu ato mostrará que você não leu a contribuição anterior e, assim, demonstra que não está dando a mínima atenção à opinião dos colegas. Já que falamos em ler os posts anteriores: faça isso – leia! – com tudo o que foi escrito nas mensagens antes da sua.

6. Seja claro na posição e no conteúdo dos posts.

Comentários como “concordo” ou “excelente” podem ser publicados, especialmente quando há polêmicas. No entanto, eles precisam ter conteúdo além desse e, claro, colocados na posição adequada, para evitar má interpretação. Muitas vezes, seu comentário acaba sendo incluído como resposta à mensagem original e não a um post publicado em seguida. Se você escrever “concordo”, não ficará claro se está concordando com um ou outro. Caso perceba que possa ocorrer alguma dúvida, escreva e justifique: “Concordo com o membro X, porque...”.

7. Não seja lacônico, caso discorde de alguma identificação.

É muito deselegante uma identificação diferente da anterior e desacompanhada de um texto explicativo dos porquês da discordância. Se discorda do nome apresentado por algum colaborador que se manifestou antes de você, aponte o táxon que acha correto mas, sempre, inclua as razões que o levaram a tal conclusão. Algo como: “*Discordo do colega e penso de tratar da espécie X, por causa da coloração X que apresenta na cabeça e que é característica diagnóstica entre as duas espécies*”. Para isso indique fontes diversas, em particular literatura técnica. Grupos de identificação não são sorteios e, assim, nomes

duplicados ou distintos lançados ao acaso apenas servem para criar confusão entre os associados, especialmente os iniciantes.

8. Acrescente!

Muitas e muitas vezes, não é somente a forma e cor que determinam a identificação das espécies. Há muitos outros detalhes envolvidos. Se você puder, inclua informações complementares que ajudem a confirmar o veredito. Dados ecológicos, biogeográficos ou pouco conhecidos também são relevantes e podem estimular potenciais colaboradores a observá-los no futuro. Mesmo que você concorde ou discorde da identificação, poderá fornecer essas informações espontaneamente, inclusive sugerindo a leitura de artigos técnicos ou livros.

9. Lembre-se: há varios tipos de colaboradores.

Respeite as pessoas que contribuem com a identificação, pois estão oferecendo gratuita e espontaneamente o seu conhecimento. Isso é básico e deve ser levado em conta, mesmo que porventura tais colaboradores errem ou forneçam informações equivocadas. Todos, incluindo os mais experientes, estão sujeitos a enganos e apenas uma discussão saudável, educada e rica em detalhes nos levará a cumprir os objetivos dos grupos. Não importa se tal colaborador tem 50 ou 100 artigos publicados, ou se conhece tal bioma como ninguém, e sim a riqueza de argumentos usada para chegar à conclusão da identificação. Seja humilde, seja lá qual for sua experiência, pois alguns outros não o serão. E embates desnecessários apenas desvirtuam o trabalho do grupo.

10. Algo o incomodou? Denuncie ao administrador.

O trabalho do administrador e dos moderadores é voluntário. Dessa forma, algumas publicações discordantes das regras do grupo podem acabar passando pelo filtro deles. Caso isso aconteça, denuncie. Note que, no canto superior direito de cada post há um ícone com “três pontinhos”. Clique ali e selecione o item “Denunciar ao administrador”. Sua

colaboração será importante e mostrará ao grupo de administração que há outras pessoas dispostas a zelar pelo grupo.

Agora vamos à parte chata. Um membro que não pratica os preceitos mais básicos de respeito entre os colegas ou que porventura fira as regras do grupo, poderá sofrer várias punições, determinados pela equipe de moderação que podem levar à exclusão da publicação. Essas penalidades são:

Advertência: o moderador emite uma mensagem notificando o usuário sobre o que ele errou, geralmente com orientação sobre como deverá proceder dali para diante;

Silenciamento: o moderador silencia (por tempo definido entre um e 24 horas) a participação do usuário que, com isso, não poderá publicar nem comentar no grupo;

Exclusão: o usuário é excluído do grupo, mas poderá futuramente se reassociar;

Banimento: o usuário é excluído e, além disso, não poderá mais se filiar o grupo.

Addendum. Não há como deixar de lado a menção ao uso do termo “identificação” que, embora amplamente utilizado com outro sentido, é corretamente aplicado apenas ao momento em que ocorre a descrição da espécie enquanto novidade científica. Determinação, por sua vez, é o estabelecimento da denominação mais precisa possível de um organismo, pela análise comparativa de suas características com as espécies previamente descritas.

1 Sobre o Autor:

Fernando C. Straube é ornitólogo, mas interessado em tudo o que se relaciona com a História Natural, inclusive a História propriamente dita. Acredita no acesso livre e gratuito da informação e é um praticante da divulgação científica. Dedica-se à popularização da prática de observação de aves, que vê como um dos mais eficientes caminhos para a conservação da natureza. Atua na Hori Consultoria Ambiental.

EXPEDIENTE

Boletim Informativo. Órgão de divulgação da Sociedade Brasileira de Zoologia | Publicação Trimestral | ISSN 1808-0812

Editores desta edição: Sionei R. Bonatto e Luciane Marinoni

Design, revisão e composição: Sionei R. Bonatto

Tiragem: 650 exemplares

Boletim online: a versão eletrônica deste Boletim está disponível em <http://sbzoologia.org.br/boletim-informativo.php>

Créditos: As fotos* da primeira página deste boletim são de autoria de: **Clodoaldo Costa Junior** (*Baeotus aeilus*: borboleta, Amazon Tupana Lodge, Manaus, AM); **Elisa von Groll** (*Rectartermon depressus*: caracol, São Francisco de Paula, FLONA, RS);

Leonardo Souza (*Holacanthus ciliaris*: peixe-anjo, Serigado, Recife, Natal, RN); **Pedro L.V. Peloso** (*Erythrolampus typhlus*: cobra-verde, Barcelos, Parque Nacional do Jaú, AM); **Ralf T.S. Cordeiro** (*Favia gravida*: mini coral cérebro, Serrambi, PE).

*Informações e identificações fornecidas pelos autores das fotos.

Sociedade Brasileira de Zoologia

CNPJ 28.254.225/0001-93

Universidade Federal do Paraná, Departamento de Zoologia

Caixa Postal 19020, 81531-980 Curitiba, PR

E-mail: sbz@sbzoologia.org.br

Web: <http://www.sbzoologia.org.br>